

Foram colhidos fragmentos do epitélio afetado com as lesões (conservados em Líquido de Vallée) e soro sanguíneo dos dois animais suspeitos, os quais foram encaminhados ao diagnóstico laboratorial para Febre Aftosa, Estomatite Vesicular, Diarreia Viral Bovina (BVD) e Rinotraqueíte Infecciosa Bovina (IBR) no LANAGRO de Pedro Leopoldo, em Minas Gerais. As suspeitas de Febre Aftosa e Estomatite Vesicular foram descartadas após laudos negativos em testes de ELISA, Neutralização Viral, Isolamento de Vírus e PCR (Reação em Cadeia de Polimerase), em 08/10/2014. As suspeitas de IBR e BVD foram descartadas após laudos negativos em Ensaio Imunoenzimático, em 06/10/2014 no Laboratório de Análise e Diagnóstico Veterinário – LABVET. O diagnóstico diferencial e definitivo foi firmado após laudo positivo de PCR, no dia 28/10/2014, emitido pelo Instituto Biológico, detectando o *Pseudocowpoxvirus*. Os resultados obtidos confirmaram a existência de circulação do *Pseudocowpoxvirus* em bovinos no Estado de Goiás e que a falta de diagnóstico pode ser reflexo do baixo índice de notificações ao Serviço Veterinário Oficial. Deve também ser destacada a necessidade de um trabalho mais assíduo do serviço oficial no planejamento de ações de Defesa Agropecuária, com aumento das atividades de Vigilância Ativa nas propriedades rurais e maior celeridade nos casos suspeitos, visto que essa doença está incluída no diagnóstico diferencial para Febre Aftosa.

Palavras-chave: *Pseudocowpoxvirus*. Doença vesicular. Diagnóstico diferencial. Serviço veterinário.

07 ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO PARA AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DA VACINAÇÃO CONTRA FEBRE AFTOSA NO ESTADO DE GOIÁS NO ANO DE 2014

Epidemiological study for efficiency assessment of vaccination against foot-and-mouth disease in State of Goiás in 2014

SILVA, M. O.1; PÁDUA, B. R. P.1; LEAL, A. A.1

1 Agência Goiana de Defesa Agropecuária, Circular nº 466, Quadra 87, Lote 02, Setor Pedro Ludovico, CEP: 74675-090, Goiânia, GO, Brasil. E-mail: mercia.oliveira@agrodefesa.go.gov.br.

A eficiência da vacinação contra Febre Aftosa realizada no Estado de Goiás no ano de 2014 foi avaliada pela Agência Goiana de Defesa Agropecuária e coordenada pelo Departamento de Saúde Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como parte das diretrizes do PNEFA. Esse monitoramento foi realizado em toda a zona livre de Febre Aftosa com vacinação do Brasil reconhecida pela OIE, para estimar o percentual de cobertura imunitária alcançado pelas campanhas de vacinação contra Febre Aftosa. As propriedades trabalhadas foram selecionadas de forma aleatória pelo DSA/SDA/MAPA, baseada no banco de dados disponibilizados pelo sistema informatizado da AGRODEFESA, totalizando 35 propriedades que foram visitadas por fiscais estaduais agropecuários – médicos-veterinários. Os proprietários ou os responsáveis pelos animais foram entrevistados e responderam a um questionário específico contendo informações básicas como identificação da propriedade e do proprietário dos animais, quantidade de bovinos existentes nos rebanhos, últimos registros de vacinação, identificação da amostra e informações sobre os animais amostrados, como faixa etária, número estimado de vacinações, sexo e origem. As atividades de colheita de amostras foram realizadas em abril, ou seja, no final do período entre as etapas de vacinação de novembro e maio, conforme estratégia de vacinação utilizada em Goiás, quando se tem menor expectativa de cobertura imunitária dos animais, e contemplou dois grupos, de acordo com a faixa etária (6 a 12 meses e 13 a 24 meses) e tamanho dos rebanhos (até 50 e 50 ou mais bovinos). Os resultados foram liberados em abril de 2015, classificando o Estado de Goiás no grupo 2: subpopulações com valor entre 80 e 89% para, pelo menos, dois tipos de vírus (satisfatório nível de imunidade de rebanho). Conclui-se que será necessária a intensificação das estratégias de vacinação contra Febre Aftosa, com o objetivo de melhorar os índices imunitários do rebanho bovino. O Estado de Goiás vem apresentando um aumento progressivo dos índices de vacinação por meio das declarações de vacinação entregues nas unidades locais da Agrodefesa e declaração *on-line* realizada no *site* da agência durante as etapas de vacinação, sendo que a de maio de 2015 obteve o índice de cobertura vacinal de 99,72%. **Palavras-chave:** Vacinação. Febre Aftosa. Eficiência.

08 ESTOMATITE PAPULAR EM BOVINOS NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA, ESTADO DE GOIÁS, BRASIL

Papular Stomatitis in cattle in São Miguel do Araguaia County, State of Goiás, Brazil

CAETANO, A. L.1; ARAUJO, J. M.1; SILVA, M. O.1; LEAL, A. A.1

1 Agência Goiana de Defesa Agropecuária, Unidade Operacional Local de Estrela do Norte. Rua Cândido Fonseca, Quadra 02, Lote 08, Centro, CEP: 76485-000, Estrela do Norte, GO, Brasil. E-mail: andersonluizvet@hotmail.com.

Em um inquérito soropidemiológico de circulação viral para Febre Aftosa realizado no município de São Miguel do Araguaia, região norte do Estado de Goiás, nos meses de julho, agosto e setembro de 2014, foram inspecionados bovinos de até 12 meses de idade. Na data de 08 de agosto de 2014 foi investigada uma suspeita fundamentada de síndrome vesicular, com detecção de três casos, que ocorreram em um lote de 25 bezerras (oito machos e 17 fêmeas), todos com idade inferior a 12 meses, de um total de 7.478 bovinos existentes na propriedade. Os animais apresentaram lesões vesiculares na cavidade oral, em sua maioria ulceradas, com curso clínico de aproximadamente 12 dias, conforme acompanhamento do Serviço Veterinário Oficial (SVO). Os fragmentos de epitélio e soro sanguíneo colhidos dos três animais foram submetidos aos exames laboratoriais aplicados ao diagnóstico da Febre Aftosa, Estomatite Vesicular, Estomatite Papular, Diarreia Viral Bovina (BVD) e Rinotraqueíte Infecciosa Bovina (IBR) realizados no LANAGRO-MG e LABVET respectivamente. Na reação em cadeia pela polimerase (PCR) todas as amostras foram positivas para o gênero *Parapoxvirus* e pelo sequenciamento foi identificado o vírus da estomatite papular bovina. Esses resultados demonstraram a circulação desse vírus em bovinos no Estado de Goiás e ressaltaram a necessidade da realização do diagnóstico diferencial na rede de laboratórios oficiais e credenciados do MAPA, de modo a se buscar uma detecção precoce de enfermidades com uma maior agilidade na obtenção dos resultados dos exames laboratoriais aplicados ao diagnóstico de doenças de notificação, propiciando, assim, um incremento nas ações de vigilância ativa para Febre Aftosa pelo SVO estadual e subsidiando o planejamento das ações de combate a essa enfermidade. **Palavras-chave:** Estomatite papular. Bovinos. *Parapoxvirus*.

09 SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DA TUBERCULOSE BOVINA NO ESTADO DA BAHIA, BRASIL, E DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE CONTROLE

Epidemiological situation of bovine tuberculosis in Bahia State, Brazil and definition of strategies of control

ÁVILA, L.1; GONÇALVES, V.2; PEREZ, A.3

1 ADAB. Av. Adhemar de Barros, 967, Ondina, CEP: 40170-110, Salvador, BA, Brasil. 2 FAV – Universidade de Brasília, Distrito Federal, DF, Brasil. 3 Department of Veterinary Population Medicine, University of Minnesota, Minnesota, USA. E-mail: luciana.avila@adab.ba.gov.br.

O conhecimento detalhado da epidemiologia das enfermidades registradas em uma determinada região é necessário para ser atingido o seu controle ou erradicação, uma vez que diversos fatores podem influenciar e alterar as suas frequências de ocorrência. O presente estudo aplicou diversos procedimentos epidemiológicos aprovados pela Organização Mundial da Saúde animal (OIE) destinados a caracterizar epidemiologicamente e apoiar a definição de estratégias de controle da tuberculose bovina (bTB) na Bahia. Foi elaborado um estudo do tipo transversal para estimar a prevalência e identificar os fatores de risco. O teste de Cuzick-e-Edwards e a *spatial scan analysis* foram utilizados para análise espacial e a análise de risco foi utilizada para avaliar o risco quantitativo de introdução da bTB em rebanhos livres da região do sul da Bahia (maior bacia leiteira do Estado) por aquisição de bovinos. O Estado foi dividido em quatro circuitos produtores e foram amostradas aleatoriamente 320-370 propriedades em cada circuito, totalizando 1.305 propriedades. Em cada uma das propriedades sorteadas foi realizada uma segunda amostragem aleatória e sistemática, totalizando 18.607 bovinos adultos amostrados. As propriedades foram georreferenciadas, os questionários epidemiológicos foram aplicados e os animais foram testados pelo teste de tuberculina intradérmica do tipo cervical comparado (TCC). Não houve evidência significativa ($P < 0,05$) de agrupamento espacial, provavelmente devido à baixa prevalência da doença. As prevalências de focos e de animais foram de 1,6% (1,0-2,6%) e 0,21 (0,07-0,6%), respectivamente. Os fatores de risco associados à condição de foco foram: ser propriedade do tipo de exploração leiteira (OR= 9,72), ser propriedade do tipo de exploração mista (OR= 6,66) e ter mais de 18 fêmeas em idade maior ou igual a dois anos (OR= 8,44). A avaliação de risco demonstrou que o risco anual de introdução da bTB em propriedades livres da região Sul do Estado via comércio de bovinos vivos é insignificante, com médias de 0,00133 para o Circuito 2, 0,000217 para o Circuito 3 e 0,000335 para o Circuito 4, desde que os animais tenham sido adquiridos com resultados negativos no TCC. Ainda que esse risco seja baixo, ele esteve

aumentado em cerca de 90% quando o movimento foi por via ilegal, alertando sobre a importância da vigilância dos movimentos de bovinos e a necessidade de conscientização dos produtores para só adquirirem animais com exames negativos. A atual situação epidemiológica de baixa prevalência da bTB no Estado e a sua distribuição independente de fatores espaciais permitem a adoção de medidas de vigilância com vistas à erradicação da enfermidade, que podem ser iniciadas nos circuitos 3 e 4 (menor prevalência), incluindo dentre essas medidas: vigilância baseada em risco (direcionada a propriedades do tipo leite e com maiores rebanhos de fêmeas adultas), diagnóstico a partir de lesões encontradas em matadouros, educação dos produtores e políticas públicas com vistas ao maior controle dos movimentos. **Palavras-chave:** Tuberculose bovina. Epidemiologia. Vigilância.

10 AVALIAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO DE ANIMAIS AQUÁTICOS NO ESTADO DE GOIÁS NO PERÍODO DE 2013 E 2014

Evaluation of movement of aquatic animals in Goiás State during period between 2013 to 2014

CASTRO, D. P. O.1; TOMAZ, L. A. G.1; VAL, P. S. F. J.1; BRANDÃO, M. G. 1,2
1 Agência Goiana de Defesa Agropecuária, Gerência de Sanidade Animal. Avenida Circular, 466, Setor Pedro Ludovico, CEP: 74823-020, Goiânia, GO, Brasil. E-mail: danillo.pires@agrodefesa.go.gov.br.

2 Agência Goiana de Defesa Agropecuária, Uruaçu, GO, Brasil.

O Estado de Goiás apresenta excepcional potencial para o desenvolvimento da aquicultura. Sua localização geográfica favorece o escoamento da produção aos principais mercados consumidores, proporcionando grande vantagem mercadológica perante os demais Estados da Federação. O presente estudo avaliou as informações relevantes ao trânsito de peixes no Estado de Goiás por meio do cadastramento de estabelecimentos com peixes e das guias de trânsito animal. Os dados foram extraídos do sistema informatizado da Agrodefesa em forma de 24 relatórios relativos ao período de janeiro de 2013 a dezembro de 2014, com o quantitativo de guias de trânsito animal (GTAs) emitidas no mês analisado e os principais destinos com o quantitativo de peixes. Para Goiás, no ano de 2013, foram emitidas 538, de um total de 1.354, GTAs, representando 39,73% deste ano. Já no ano de 2014, para Goiás, houve a emissão de 636, de um total de 1.464, GTAs, representando 43,44%. No ano de 2013, em números absolutos excluindo-se Goiás, os principais Estados que receberam peixes de Goiás foram São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso e, no ano de 2014, também excluindo-se Goiás, apenas Minas Gerais e São Paulo apresentaram números expressivos. Houve um acréscimo de 75% no número de GTAs emitidas no ano de 2014 no Estado de Goiás, passando de 1.354 para 1.464, mas percebe-se uma redução de aproximadamente 16% no número absoluto de peixes movimentados a partir do Estado de Goiás, indicando um aumento no número de GTAs emitidas e uma redução no número de animais transportados, em que o esperado era o aumento tanto do número de guias quanto no de animais. O trânsito intraestadual foi o principal motivo de movimentação de peixes, sendo 43,44% e 39,73%, nos anos de 2013 e 2014, respectivamente. Do total de peixes movimentados do Estado de Goiás, aproximadamente 40% ficaram no próprio Estado, 50% destes concentraram-se nos Estados de Rondônia, Minas Gerais, Mato Grosso, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal. O número de guias de trânsito emitidas não inclui a movimentação dos pescados, o que reduz os números absolutos de peixes subestimando a quantidade de peixes movimentados no Estado de Goiás, por não ter sido utilizado no período estudado. O trânsito irregular desses animais também contribui para redução nos índices, que acontece por uma série de motivos, cujo principal é a falta de licenciamento ambiental, que afasta os produtores da procura de alternativas corretas por terem receio de se cadastrarem na Agrodefesa e de serem fiscalizados pelo órgão de fiscalização ambiental. Trabalhos de sensibilização da necessidade de GTA e da sua importância, além de educação sanitária continuada, devem ser intensificados para orientar os piscicultores em todo o processo produtivo.

Palavras-chave: Guia de Trânsito Animal. Defesa sanitária animal. Aquicultura.

11 RASTREABILIDADE DE BOVÍDEOS NO ESTADO DE SÃO PAULO - AUDITORIAS DO SISBOV REALIZADAS ENTRE 2008 E 2015

Bovine traceability in the state of São Paulo - SISBOV audits carried out between 2008 and 2015

ROMITTO, G. C.1; COSTA, H. L. R.2; LIMA, J. E. A.2; REBELLO, A.2; PAARMANN, F.A.1

1 Superintendência Federal da Agricultura no Estado de São Paulo, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. São Paulo, SP, Brasil. E-mail: graciana.romitto@agricultura.gov.br.

2 Coordenadoria de Defesa Agropecuária, Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Campinas, SP, Brasil.

O Sistema de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos (SISBOV) tem como objetivo o controle e rastreabilidade do processo produtivo no âmbito das propriedades rurais de bovinos e bubalinos. A adesão é voluntária para os produtores rurais, sendo obrigatória no caso de comercialização de carne bovina e bubalina para mercados que exijam a rastreabilidade. Para participar do SISBOV, os produtores rurais devem escolher uma certificadora credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para certificação da sua fazenda. Após a identificação individual dos animais, e atendimento às exigências legais, a propriedade (estabelecimento rural cadastrado no SISBOV - ERAS) é submetida à vistoria pela certificadora. Adicionalmente à aprovação pela certificadora, os ERAS são submetidos a auditorias realizadas pelo Serviço Veterinário Oficial antes da inclusão na lista de propriedades aptas ao fornecimento de bovinos e bubalinos para abate com destino à União Europeia. As auditorias técnicas oficiais são realizadas por auditores do MAPA e da Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) previamente treinados, e consistem na visita ao ERAS aprovado por Certificadora cadastrada pelo MAPA. Durante as auditorias é realizada a checagem da identificação individual dos animais, com verificação de inserção na base nacional de dados (BND). São também verificadas as documentações referentes às entradas, saídas e óbitos dos animais da propriedade, e os estoques de elementos de identificação solicitados pelo ERAS. O Estado de São Paulo faz parte da área habilitada para exportação de carne "in natura" de bovinos para União Europeia desde 2008. No período de 2008 - 2015, foram realizadas 674 auditorias em propriedades rurais. Atualmente, 120 ERAS paulistas figuram na lista de propriedades aprovadas para exportação à União Europeia. O trabalho realizado é de fundamental importância para a manutenção do Estado de São Paulo como área habilitada para exportação à União Europeia, com consequente valorização da pecuária paulista.

Palavras-chave: SISBOV. Rastreabilidade. Bovídeos.

12 ANÁLISE DAS OCORRÊNCIAS DE DOENÇAS DOS SUÍNOS NOTIFICADAS NA FICHA EPIDEMIOLÓGICA MENSAL EM 2014, NO PARANÁ

Analysis of swine diseases notified in epidemiological record monthly in 2014, in Paraná

FREITAS, M. C. D. O.1; CASTRO, J. H. T.1; TOMPOROSKI, A.1; ARRUA, C. B.1
1 Agência de Defesa Agropecuária do Paraná. Rua dos Funcionários, 1.559, CEP: 80035-050, Curitiba, PR, Brasil. E-mails: cballista@adapar.pr.gov.br, aglaci@adapar.pr.gov.br.

A Ficha Epidemiológica Mensal faz parte do Sistema de Informação Nacional e foi padronizada e instituída pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para as notificações de ocorrência de enfermidades dos animais em qualquer caso confirmado. O Paraná, por meio do serviço veterinário estadual, instituiu em 2011 o sistema *on-line* de notificação de enfermidades dos animais para médicos-veterinários autônomos autorizados, a fim de facilitar os registros de ocorrência de enfermidades na Ficha Epidemiológica Mensal. A suinocultura do Paraná é expressiva nos cenários nacional e mundial, sendo de grande importância econômica e sanitária um sistema de vigilância epidemiológica alerta e eficiente que propicie o acompanhamento da ocorrência de enfermidades. O objetivo da análise é demonstrar as enfermidades dos suínos que foram relatadas ao Serviço Veterinário Oficial do Estado da Ficha Epidemiológica Mensal no ano de 2014. Das 936 notificações de enfermidades dos animais, 282 corresponderam a enfermidades de suínos. Essas notificações foram analisadas de maneira descritiva e quantitativa, estabelecendo as frequências de enfermidades relatadas nas respectivas fichas. Em um total de 5.502 focos relatados nas diferentes espécies animais, 55,1% eram relacionados a suínos, e estavam distribuídos em 18 diferentes enfermidades. Destas, as doenças com maior frequência foram: pleuropneumonia suína (23,7%), influenza comum dos suínos (20,5%), circovirose (18,4%) e pneumonias inespecíficas (12,8%), seguidas de coccidiose (8,9%), rinite atrófica (4,2%), doença de Glasser (3,2%), outras pasteureloses (1,4%) e colibacilose (1,3%). As doenças com menor frequência foram: enteropatia proliferativa (0,8%), pneumonia enzoótica (0,6%), outras clostridioses (0,23%) e doença do edema (0,1%). Também houve relatos de meningite estreptocócica, sarna e tétano (0,06%), cisticercose e erisipela (0,03%), além de outras causas com diagnóstico indefinido (3,63%). Com esses resultados pode-se inferir que no período analisado houve uma maior frequência de doenças do trato respiratório. Os resultados obtidos traçam um perfil das enfermidades que acometem suínos no Estado do Paraná, destacam a importância da biossegurança no sistema produtivo de suínos e subsidiam o serviço oficial na diferenciação de enfermidades de notificação obrigatória, bem como o setor